

PAIS DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ponderações acerca de suas experiências

Elenária Pereira Batista

Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues
(e-mail: elenbatista27@gmail.com)

Milena Bessa Cunha

Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues
(e-mail: bessamilena@outlook.com)

Fernanda Macedo Oliveira

Orientadora do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: Fernanda-macedo@outlook.com)

RESUMO

A proposta do artigo é relatar a importância da participação dos pais na vida da criança com deficiência intelectual, e como suas experiências favorecem outros pais. Para desenvolver o estudo e buscar informações quanto ao assunto desenvolveu-se um estudo bibliográfico e campo, que pode caracterizar o tema em estudo por meio de um questionário, com nove (9) questões, que foi aplicado a 14 pais de crianças com deficiência intelectual, sendo que as respectivas crianças teriam que estudar em uma das três (3) escolas selecionadas pelas pesquisadoras. Para buscar conhecimento a campo, foi evidenciado o quanto é importante que criança viva em um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento, e o quanto os pais são fundamentais para o crescimento dessas crianças no aspecto sociocultural. Com os resultados foi percebido que é fundamental a forma como pais de crianças com deficiência intelectual reagem à deficiência dos seus filhos e como é importante a convivência e a relação destes, junto aos filhos para integrar os mesmos na sociedade. Diante de toda a abordagem, pode-se concluir que há pais que não estão preparados para lidar com a deficiência intelectual do seu filho, que se sentem inseguros de inserir na sociedade, pelo medo da rejeição. Mas, tornou-se claro que os pais devem favorecer a socialização do filho, e o primeiro ambiente é a escola, mesmo que ainda a escola, na pessoa do professor, não esteja preparada para atender as crianças com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Pais. Criança. Sociedade. Escola.

PARENTS OF INTELLECTUAL DISABLED CHILDREN: CONSIDERATIONS ABOUT THEIR EXPERIENCES

ABSTRACT

The article is to report the importance of parental participation in the life of children with intellectual disabilities, and how their experiences in favor other parents. In order to develop the study and seek information on the subject, a bibliographic and field study was developed, which a may characterize the theme under study throu a

questionnaire with nine (9) questions, which was applied to 14 parents of children with intellectual disabilities, and their children would have to study in one of the three (3) schools selected by the researchers. In order to seek knowledge in the field, it was evidenced how important it is for children to live in an environment that favors their development, and how important their parents are for the growth of these children in the socio-cultural aspect. With the results it was realized that it is fundamental how parents of children with intellectual disabilities react to their children's disability and how important their coexistence and relationship with their children to integrate them into society. Given the whole approach, it can be concluded that there are parents who are not prepared to deal with their child's intellectual disability, who feel insecure to insert into society for fear of rejection. But it has become clear that parents should foster their child's socialization, and the first environment is school, even though the school, in the teacher's person, is not prepared to serve children with intellectual disabilities.

Keywords: Inclusive education. Parents. Child. Society. School.

INTRODUÇÃO

Os pais são aqueles que cuidam, que se relacionam com às crianças com deficiência. Conhecem e passam a aceitar o filho que tanto esperavam e que possui cuidados especiais, e ao longo de sua vivência com o novo, passam a conhecer ou não as necessidades de seu filho.

No entanto, o novo não é só para os pais, mas também para os educadores que têm a responsabilidade de incluir as crianças com necessidades especiais. Assim, o foco do estudo foi direcionado para crianças que possuem deficiência intelectual pelas experiências vividas em escolas. Neste momento de experiência, muitas dúvidas e indagações surgiram, o que direcionou o tema: "Pais de crianças com deficiência intelectual: ponderações acerca de suas experiências".

As crianças com deficiência intelectual requerem maior atenção. Os primeiros contatos que a crianças passam a ter são com os pais. Esses são os maiores responsáveis pelo ambiente no qual estão inseridos, principalmente porque estas precisam de cuidados especiais, no que envolve a sua inserção no contexto social, cultural e afetivo.

Ao lidar com o novo, os pais passam atender seus filhos, e, com isso, é necessário que eles se informem sobre as limitações e/ou especificidades, no que envolvem os cuidados relativos ao desenvolvimento de seu filho especial. A família tem o dever de se envolver na vida das crianças, de maneira que não venha prejudicar ou fazer com que o menor se frustrate no ambiente o qual está inserida.

Olhar a criança em si e não em sua deficiência intelectual é uma forma de quebrar o preconceito e rotulações, a fim de que ela possa se desenvolver de acordo com suas limitações e o contexto sociocultural. Para direcionar o estudo, buscou-se destacar o problema, questionando quais são as principais barreiras que os pais das crianças com necessidades intelectuais enfrentam na sociedade contemporânea?

Os pais de crianças com necessidades especiais enfrentam vários desafios, que envolvem preconceito, sentimento de culpa, falta de informações adequadas e ausência de profissionais preparados para atendê-las. Tendo em vista as dificuldades do enfrentamento que envolve a aceitabilidade da criança, assim, tem-se ainda a inclusão destas com deficiência intelectual na sociedade da qual fazem parte devem ser abordados com mais frequência.

Com ênfase na abordagem, o estudo teve como objetivo investigar a importância da participação dos pais na vida da criança com deficiência intelectual, e como suas experiências podem favorecer outros pais.

2 A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

O assunto que envolve a deficiência atribui uma importância de investigação, para fomentar o estudo que muito ainda deve ser investigado com objetivo de despertar consciências, principalmente no que diz respeito à educação. Assim, neste tópico serão abordadas as barreiras que os pais enfrentam com o nascimento de uma criança com deficiência, os diferentes tipos de deficiência, com destaque na deficiência intelectual. Em sequência, também serão discutidas as leis que protegem a criança com deficiência intelectual, e como a escola tem se estabelecido, junto às crianças com deficiência intelectual.

7. 2.1 Barreiras que os pais enfrentam com o nascimento de uma criança com deficiência

O nascimento de um filho é para os pais um acontecimento importante e marcante. No período da gestação o filho esperado é muito desejado por todos, logo, espera-se que nasça saudável e sem nenhum tipo de problema. Para compreender a importância desse momento Moses (2008, s./p.) explica que:

O nascimento de uma criança, torna-se aos pais, uma experiência verdadeiramente singular, a qual suscita uma complexidade sentimental que agrega desde a curiosidade prévia, a ansiedade até mesmo a alegria que vai além do real quando se está à espera do encontro com o novo ser. Assim, os pais conectam os filhos aos seus sonhos, fantasias, ilusões e projetos. Os filhos podem assim dizer que acabam se tornando a segunda chance dos pais, à medida que estes últimos os consideram a extensão e o reflexo de si mesmo.

Observa-se a partir do exposto que o nascimento de um filho é importante para os pais, que planejam e se preparam com muita dedicação. A chegada de um novo membro no laço familiar traz consigo alegria e felicidade para todos. Mesmo com todas essas expectativas, os pais não estão preparados para receber uma criança com deficiência, apesar de receberem com muito amor, há sempre uma frustração, tristeza, culpa e dor ao perceber que seu filho tem uma deficiência e que eles não conseguem compreender e nem entender.

O nascimento de uma criança especial gera uma nova realidade à família. E com isso a família acaba tendo que procurar meios para se adequar a essa nova realidade, que surgiu em suas vidas, pois o choque é muito grande e gera medo, eles ficam a pensar como explicar para sociedade e até mesmo para a sua própria família (BRUSHARA; PETEAN, 1998, p. 80).

Em consonância, é normal a princípio, os pais se questionarem tanto, se culparem, rejeitarem, ou mesmo odiar a si e até mesmo a criança. Com isso, para aliviar um pouco o sentimento de culpa, eles tentam evitar a dor, procurando expulsar a ideia da mente, fugindo ou disfarçando e negando a existência de ter uma criança especial.

Neste momento, os pais passam a ter o mesmo pensamento da maioria da população, que o deficiente é incapaz de socializar-se, desenvolver-se e até mesmo conviver com o outro. Os pais passam a criar respostas, o que pode levar à discriminação ou mesmo à própria rejeição, em relação ao filho, qual seja, pode-se inferir que ocorre em virtude do *status* social inferior, que toda a sociedade define a qualquer tipo de deficiência, física ou mental.

Para melhor compreender este fato, Buscaglia (1997, p. 198) explica que:

Uma deficiência visível e irreparável, não pode ser apagada, deve ser aceita pelo menos inicialmente como um estímulo social até certo ponto. Disfarçar o problema só servirá para acentuá-lo, criando maior desconforto social, distanciamento e auto depreciação.

É, portanto, visível no texto acima que a sociedade não está preparada para lidar com a deficiência. A rejeição impossibilita o deficiente se desenvolver socialmente, pois a criança deficiente não consegue interagir no meio ao qual faz parte, hora pela rejeição social, hora pela própria rejeição da família.

Para Ebert, Lorenzini e Silva (2013) a família ao negar que a criança possui uma alteração patológica, pode ser até mesmo justificada pelo fato de não conhecer o novo, o que ocasiona medo, tanto pelo isolamento social, que pode ocorrer pela rejeição da sociedade, sendo que o afastamento promovido a uma criança com deficiência compõem implicações bruscas, notadamente quando ocorrem no ambiente familiar. Assim, torna-se perceptível que a família sofre mais com as barreiras que seu filho pode enfrentar.

8. 2.2 Deficiência intelectual

A deficiência intelectual, em seus primeiros conceitos tinham como foco principal o “estado de defeito mental”, “incapacidade de desempenhar” (ALMEIDA, 2012, p. 54). É perceptível que a referida deficiência é a menor capacidade de compreender, de aprender, ou seja, de colocar em prática o conhecimento de tarefas complexas do seu dia a dia.

Pessoas com deficiência intelectual têm seu funcionamento mental abaixo da média esperada para a sua idade, com isso, provoca um atraso na aprendizagem e no seu desenvolvimento.

A deficiência intelectual tem uma significação abaixo da média no período de desenvolvimento mais não impede a criança de aprender, adquirir habilidades e se adaptar socialmente. A criança com deficiência intelectual pode trabalhar, ler e estudar, por isso ela precisa ser estimulada para desenvolver suas habilidades intelectual dentro do contexto escolar (BORASCHI, 2013, p.613).

Observa-se a partir do texto acima que a criança com necessidade intelectual passa aprender de acordo com as outras crianças e toda comunidade escolar. Para que houvesse uma proteção às crianças com deficiência intelectual, leis foram instituídas, as quais serão destacadas a seguir.

9. 2.3 Leis que protegem crianças com deficiência intelectual

A deficiência intelectual passou a ser usada a partir da Declaração de Montreal, em lugar da deficiência mental, aprovada em 06 de outubro de 2004 pela Organização Mundial de Saúde (MORAES; JULIANA, 2016).

De acordo com o Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004, a deficiência mental passou a ser destacada como uma limitação em que estão associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, que necessitam de atenção e cuidados em diferentes atividades que venha executar (BRASIL, 2004).

Na Constituição Federal é visível no Art. 208 que é assegurado à pessoa com deficiência o direito de frequentar a rede regular de ensino, seja ela pública ou particular, incluindo pré-escola, ensino fundamental, médio e universitário (BRASIL, 1988).

Ao verificar a recusa de uma instituição pública ou privada, recusar a aceitar uma criança com deficiência, esta deve promover uma ação judicial contra a escola, visando assegurar seu ingresso. Podendo também solicitar a instauração de inquérito policial, porque a conduta referida constitui crime, conforme estabelece o artigo 8º, I, da Lei 7.853/89 (BRASIL, 1989).

Conforme dispõe os respectivos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe que:

Artigo 11. (...)

§ 1º. A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

Artigo 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Artigo 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular (...)

II - de **atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência** (...) (BRASIL, 1990, grifo nosso).

É importante ressaltar que as crianças com deficiência intelectual é uma pessoa motivada para desenvolver a suas habilidades intelectuais e cognitivas e que venha a ter evolução no seu aprendizado, tendo o direito ao currículo escolar. Muitos são os direitos destinados à criança com deficiência, contudo, é importante ressaltar a importância da presença dos pais na formação destas crianças. No tópico seguinte

será destaque os pais no processo de desenvolvimento da criança com deficiência intelectual.

10. 2.4 Os pais na orientação das crianças com deficiência intelectual

A família constitui as primeiras relações sociais e afetivas que a criança possui, o que não é diferente para aquelas com deficiência intelectual, e que por isso necessitam de cuidados. As relações e interações de todos os envolvidos neste processo promove boas convivências no lar e na sociedade em que vivem.

Glat e Duque (2003, p. 97-98) acrescentam uma fala de um pai, em que diz:

Eu tenho que introduzir ele. Eu não posso chegar, porque meu filho é especial, é uma criança especial, e bota ele dentro de uma redoma de vidro e anda com ele feito passarinho preso na gaiola. Pelo contrário eu acho que para o desenvolvimento dele, inclusive ele tem que ver outras pessoas.... As vezes ele está vendo uma criança fazer um negócio ali, que sente vontade de fazer parte e sente dificuldade, mas que ele, vendo... ele acaba imitando e daqui há pouco acaba fazendo também.

No texto, é ressaltado que a criança especial deve ser inserida na sociedade, conviver com os outros indivíduos, tendo contato com o mundo para desenvolver. Antigamente, os pais não levavam seus filhos especiais para a escola, por acreditarem que eles não teriam a capacidade de aprender e desenvolver intelectualmente, afetivamente, ou mesmo, interagir com outras crianças.

Buscaglia (1997) reforça que a família possui uma força social que tem influência na determinação do comportamento humano e na formação da personalidade. O laço familiar é de suma importância na socialização, no desenvolvimento na convivência e integração da criança especial.

É possível inferir que a família tem o direito de influenciar a criança especial em um ambiente de amor, para que em seguida possa se desenvolver socialmente, e ao mesmo tempo prepara-la para a vida.

11. 2.5A escola junto às crianças com deficiência intelectual

Por mais que tenham se passado muitos anos, a escola ainda enfrenta grandes desafios para tornar possível a inclusão das crianças com deficiência intelectual. A escola deve adaptar-se para receber essas crianças com necessidades intelectuais,

procurando capacitar todos os seus professores e assegurar condições necessárias para o aprendizado dessas crianças.

Neste sentido, a escola deve atender as necessidades dos alunos, conforme suas limitações para que elas venham desenvolver suas habilidades. Segundo recomendações oficiais, os alunos com deficiência intelectual devem vivenciar:

Processos cognitivos semelhantes aos das crianças ditas normais, no que se refere ao aprendizado da leitura e da escrita. Embora o ritmo de aprendizagem dos alunos com deficiência se diferencie por requerer um período mais longo para a aquisição da língua escrita, as estratégias de ensino para esses alunos podem ser as mesmas utilizadas com os alunos ditos normais (BRASIL, 2007, p. 60).

Em conformidade com o texto acima, o aluno com deficiência intelectual, deve ter um ensino em que os métodos utilizados e adaptações necessárias venham contribuir com o rendimento escolar, para assim favorecer o seu desenvolvimento cognitivo, intelectual e desempenhar nas crianças suas habilidades.

“A escola oferece condições físicas, pedagógicas e sociais para criança e jovens ou adulto, uma educação de qualidade em que eles possam aprender e tornarem seres críticos dentro do seu contexto sociocultural” (BORASCHI, 2013, p.613).

É na escola que a criança com necessidade intelectual aprenderá a conviver com pessoas, que não fazem parte do seu cotidiano familiar. A escola inclusiva é importante na vida desses indivíduos. No entanto, são deixados de lados, ficam horas esperando o professor vir passar uma atividade. Isso ocorre porque alguns professores pensam que o aluno com deficiência intelectual não tem a mesma capacidade de aprender como os outros, com isso acabam deixados de lado.

Só que para a comunidade escolar está tudo normal, sabe-se que isto não é a verdadeira realidade, ainda é preciso muito trabalho para que isso aconteça e só assim atingirá de forma eficaz à inclusão desses alunos com deficiência intelectual no contexto escolar.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista a dificuldade de inclusão das crianças com deficiência intelectual na sociedade, buscou-se desenvolver-se um estudo, com objetivo de

investigar a importância da participação dos pais na vida da criança. Neste estudo adotou-se inicialmente um levantamento bibliográfico, e em sequência um estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituídos, principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). O desenvolvimento de um estudo de caso exige planejamento geral e um plano específico para a coleta de dados. Para Cervo e Bervian (2002) o estudo de caso reúne informações particularizadas e ordenadas sobre o fenômeno em estudo.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foi um questionário (Apêndice A), que continha nove (09) questões, que foram aplicados a um grupo de pais de três instituições de ensino de Rio Verde-GO (X, Y e Z), sendo estes selecionados aleatoriamente, aos quais foram solicitadas autorização para o desenvolvimento da pesquisa (Apêndice B). Participaram ao todo, 14 pais de crianças com deficiência intelectual, das escolas selecionadas. Na instituição X participaram sete (07) pais, na instituição Y foram sete (07), na instituição Z, apenas seis (06) pais responderam. Houve contato com uma instituição classificada W, a qual não manifestou interesse em participar da pesquisa, quando contatada.

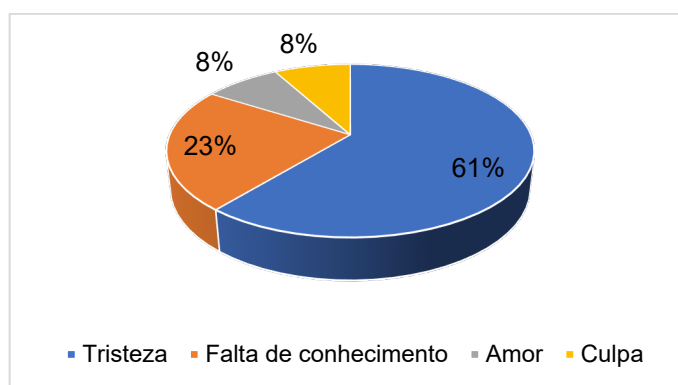
Ao obter autorização das respectivas instituições de ensino foi aplicado o questionário para os pais, que tinham filhos diagnosticados com deficiência intelectual, após assinarem o Termo de Consentimento Livre (Apêndice C). Houve rejeição de apenas um pai em relação as perguntas do questionário, pois não se sentiu preparado para falar sobre o assunto, enquanto os demais pais foram receptivos aos questionamentos, respondendo todos itens do instrumento.

A pesquisa foi realizada em data estabelecida entre a direção e os participantes da pesquisa, no mês de outubro de 2019, em datas oportuna para os pais e os pesquisadores, sendo que a coleta de informações aconteceu no ambiente escolar.

Com as informações coletadas foram desenvolvidas análises estatísticas, que posteriormente foram desenvolvidos gráficos no Microsoft Office Excel, que auxiliaram na obtenção dos resultados, e possibilitou atingir os objetivos determinados no presente estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

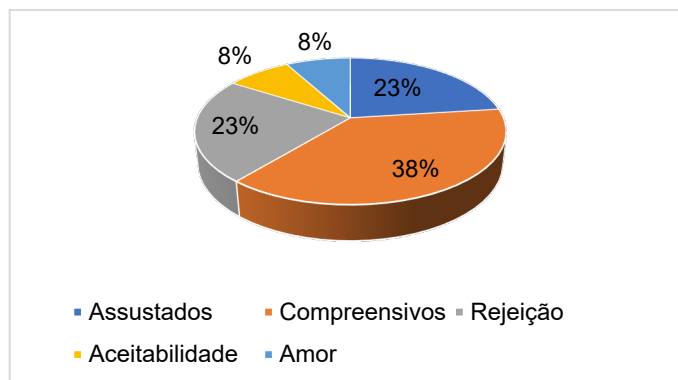
Com os resultados obtidos no questionário aplicado aos pais dos alunos com deficiência intelectual foi verificado ao perguntarem quanto às reações que eles tiveram quando o médico relatou que seu filho tinha deficiência, 61% dos pais relataram que tiveram tristeza ao saber da deficiência do seu filho. 23% relataram que não tinham conhecimento sobre a especificidade de seu filho; 8% dos pais sentiram amor ao saber do diagnóstico de seu filho, e 8% tiveram sentimento de culpa por achar que o erro estavam neles (Figura 1). A tristeza foi a reação que se destacou quanto ao diagnóstico do seu filho e em seguida foi a falta de conhecimento sobre a especificidade de seu filho. Oliveira e Poletto (2015) constataram que os pais apresentam sentimentos iniciais de choque, sofrimento, tristeza e culpa acerca da deficiência do filho.



FONTE: Das autoras (2019).

FIGURA 1. Reações que os pais apresentaram quando receberam o diagnóstico da deficiência intelectual do seu filho.

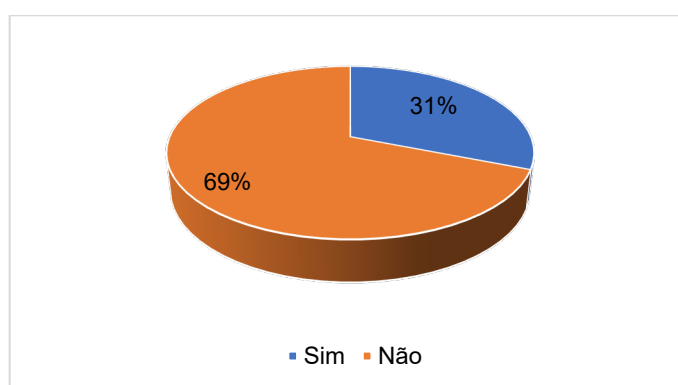
Ao perguntarem aos pais sobre às principais barreiras enfrentadas por eles ao inserirem seu filho com deficiência intelectual na sociedade contemporânea foi identificado que 38% dos pais foram totalmente compreensivos, já 23% dos pais sentiram assustados ao saberem da referida deficiência do seu filho, no entanto, 23% teve rejeição, enquanto 8% tiveram aceitabilidade e 8% sentiram amor ao saberem do seu diagnóstico (Figura 2). Pode-se inferir que a maioria dos pais questionados foi compreensivo, outros assustados e com sentimento de rejeição. Contudo, na literatura, foi identificado que o sentimento de rejeição prevalece, sendo que os pais justificam o medo pelo novo, pelo isolamento social que possa ocorrer, ou mesmo rejeição da sociedade (EBERT; LORENZINI; SILVA, 2013).



FONTE: Das autoras (2019).

FIGURA 2. Principais barreiras enfrentadas pelos pais na inserção da criança com deficiência intelectual na sociedade contemporânea.

Ao perguntarem aos pais sobre o sentimento referente ao despreparo quanto aos cuidados com seu filho diagnosticado com deficiência intelectual, foi verificado que 69% dos pais não estão preparados para lidar com a deficiência intelectual e 31% relataram que estão totalmente preparados (Figura 3). O sentimento que prevalece neste item é a falta de preparo dos pais em lidar com seus filhos com deficiência intelectual. Também foram verificados nas pesquisas de Fiamenghi Junior e Messa (2007) quando discutiram sobre a família e as situações que ocorrem quando existe uma criança deficiente que os pais se sentem despreparados para lidar com o evento da deficiência, que há uma busca contínua por informações sobre as peculiaridades do quadro clínico e os cuidados inerentes à nova condição que passam a vivenciar.

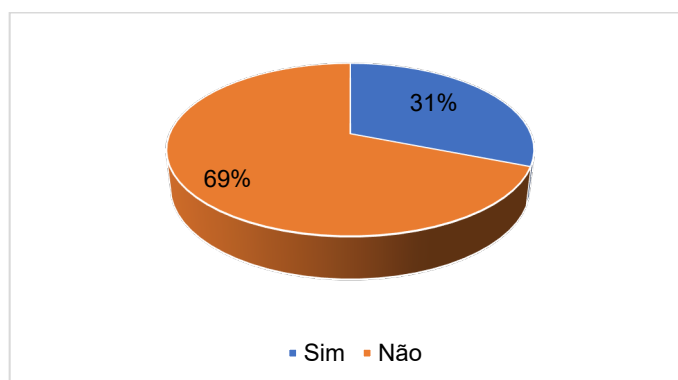


FONTE: Das autoras (2019).

FIGURA 3. Pais que sentiram ou sentem despreparados quanto aos cuidados de seu filho com deficiência intelectual.

Quanto ao questionamento que se refere ao convívio dos pais com seu filho deficiente intelectual, houve a necessidade de acompanhamento psicológico, estes

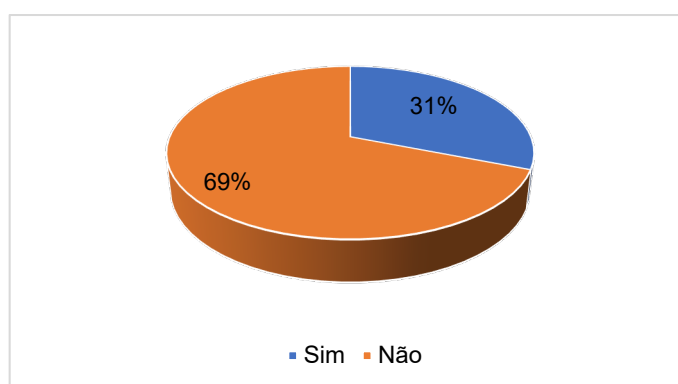
ressaltaram que 69% não tiveram acesso ao psicólogo e 31% disseram que sim, tiveram acompanhamento psicológico, pois sentiram a necessidade do profissional, para saber lidar melhor com a deficiência intelectual do seu filho (Figura 4). O fato dos pais não terem acompanhamento psicológico pode dificultar o seu convívio, mesmo que eles não demonstrem. Esse aspecto que envolve o acompanhamento psicológico dos pais, já foi ressaltado por Fiamenghi Junior e Messa (2007) que estes devem ter acompanhamento de um profissional da saúde, em especial, o psicólogo.



FONTE: Das autoras (2019).

FIGURA 4. Percentual de pais que tiveram acompanhamento psicológico ao passarem a conviver com seu filho.

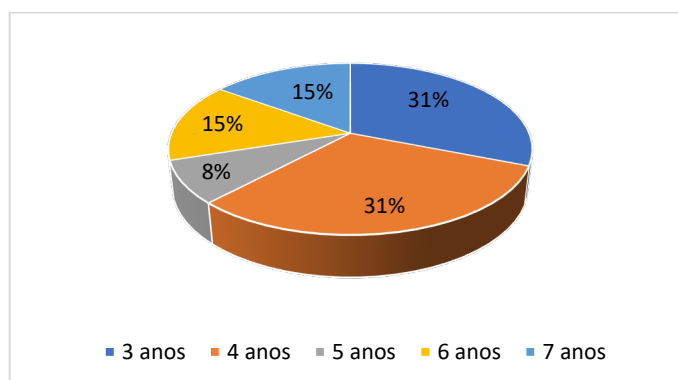
Quanto à questão referente ao conhecimento das leis que amparam seu filho com deficiência intelectual, 69% dos pais disseram que não possuem conhecimento, enquanto que, 31% relataram que possuem (Figura 5). A maioria dos pais não têm conhecimento das leis que amparam seus filhos, este fator dificulta diferentes ações que podem ser usufruídas pelo deficiente mental, tanto no acompanhamento médico, quanto pedagógico, em função da falta de conhecimento dos pais.



FONTE: Das autoras (2019).

FIGURA 5. Conhecimentos dos pais referente às leis que amparam seu filho.

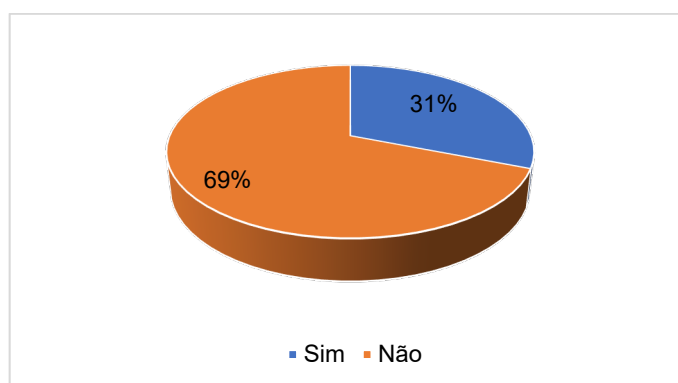
Quando perguntado aos pais em relação à escola, em especial a idade que seu filho com deficiência intelectual passou a frequentá-la, 31% dos pais responderam que seu filho iniciou com 3 anos, 31% disseram que foi com 4 anos; apenas 8% relataram que foi com 5 anos, 15% relatam que foram com 6 anos e 15% dos pais expuseram que foi com 7 anos (Figura 6). Uma minoria dos pais (8%) colocaram as crianças com idade mais avançada na escola, contudo a maioria colocaram seus filhos mais novos, com idade entre 3 anos e 4 anos de idade.



FONTE: Das autoras (2019).

FIGURA 6. Idade que o filho com deficiência intelectual passou a frequentar a escola.

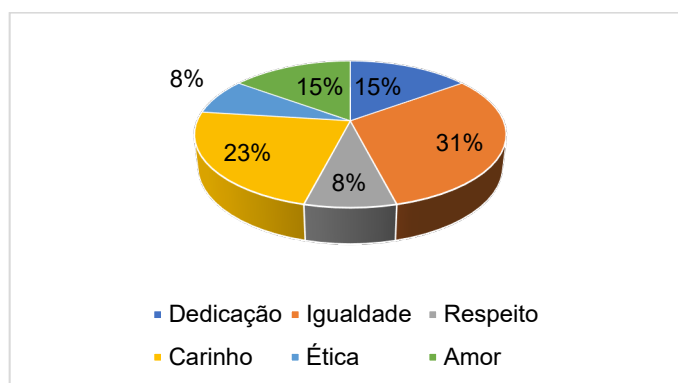
Ao indagar aos pais quanto ao professor que assiste seu filho, se está totalmente preparado para lidar com a deficiência intelectual do mesmo, foi verificado que 69% dos pais relataram que não estão aptos a lidar com a deficiência intelectual do seu filho, enquanto que 31% responderam que estão preparados para desenvolver o ensino e aprendizagem junto ao seu filho (Figura 7). Os pais enfatizaram que os professores não estão aptos a lidar com a deficiência intelectual do seu filho? Rocha (2019) explica que a inclusão deve promover mudanças estruturais e pedagógicas, e que os professores se especializem para ofertar um trabalho de qualidade.



FONTE: Das autoras (2019).

FIGURA 7. O professor está preparado para lidar com a deficiência intelectual?

Na questão que enfatiza se os pais gostariam que a escola atendesse seu filho com necessidade intelectual, foi percebido que 31% dos pais gostariam que seu filho fosse tratado com igualdade, 23% gostariam que a escola o tratasse com carinho, 15% dos pais gostariam que a escola tivesse dedicação com seu filho, 15% queriam que a escola acolhesse com amor seu filho, e 8% gostariam que seus filhos fossem atendidos com respeito e 8% ressaltam que a escola tivesse ética em relação ao seu filho (Figura 8). O atendimento esperado pelos pais aos seus filhos com deficiência intelectual seria o tratamento com igualdade, como bem ressalta Rocha (2009), o professor deve realizar trabalhos em sala de aula que evidencie o direito a igualdade e oportunidade a todos. Com a adoção desta postura não haveria sentimentos de discriminação e muito menos de desigualdade.



FONTE: Das autoras (2019).

FIGURA 8. Como deve ser atendimento da escola com a criança com necessidade intelectual?

Foi indagado aos pais como gostariam que a escola atendesse seu filho com necessidade intelectual e os 100% dos pais disseram que sim, pois seu filho alcançou grandes avanços no seu desenvolvimento cognitivo, motor, oralidade, a socialização com outro, o qual ressaltam que melhorou bastante; tornou-se mais independente na questão de fazer suas necessidades fisiológicas. Os pais observaram mudanças no desenvolvimento da aprendizagem e na aceitação de regras.

Com os resultados apresentados acima foi identificado com os pais de filho com deficiência intelectual que a maior parte deles ficaram tristes ao saberem da deficiência, e outros foram compreensivos em relação a deficiência, mas não estão preparados para lidar com a necessidade do seu filho. Os pais informaram também que não tiveram acompanhamento psicológico, e que não possuem conhecimentos das leis que amparam seus filhos com deficiência intelectual.

Quanto a idade do filho com deficiência intelectual os pais relataram que as levaram para frequentar a escola a partir dos sete (7) anos de idade, porque os pais não sentiam seguros em inseri-los à sociedade. Foi ressaltado pelos pais que os professores não estão preparados para lidar com seu filho e sua especificidade. Esse entendimento também foi identificado nos estudos de Boraschi (2013, p. 614) em que explica:

O professor da sala de aula regular nem sempre está preparado para o trabalho com a criança com deficiência intelectual, fazendo das atividades diferenciadas tarefas para preenchimento de tempo e não para desenvolvimento harmônico e integral infantil. Utilizam propostas baseadas na repetição e na memorização em lugar de buscarem envolver a criança em situações de aprendizagem pautadas em experiências e vivências significativas. Esse modo de tratar a criança revela falta de crédito na capacidade de aprender do deficiente intelectual, ocasionado prejuízos para suas aprendizagens e seu desenvolvimento como ser humano.

Observa-se por meio desta citação que muitos professores da educação básica não estão totalmente preparados para atender as necessidades dessas crianças com deficiência intelectual, pois apenas preocupam-se em lançar conteúdo sem significado algum, em que eles memorizarem e não consigam alcançar nenhum aprendizado que tenha êxito.

O professor deve estar sempre se aprimorando para obter novos conhecimentos que venham a desenvolver um ótimo trabalho com essas crianças com deficiência intelectual e sempre ir à busca de atividades para desenvolver melhor as suas limitações, de acordo com as necessidades socioculturais.

É importante a adoção desta conduta, pois todos os pais perceberam grandes avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo, de socialização e motor de seus filhos, enfim, é por meio do aprendizado significativo, que a escola pode proporcionar à criança com deficiência intelectual sua inserção na sociedade.

Os pais enfatizaram que sentem inseguros e despreparados, como também não possuem conhecimento das leis e direitos que amparam seu filho com deficiência intelectual. Levando-os a sentirem tristeza e rejeição e a se perguntarem o porquê de seus filhos serem assim, e procurem sempre buscar por respostas de como lidar com a deficiência intelectual dos seus filhos e como tornar-se seguro dentro da sociedade contemporânea para alicerçar a vida de suas crianças.

CONCLUSÃO

Os autores dos artigos e revistas eletrônicas consultadas apontam aspectos importantes no que se referem à rejeição e aceitação do pai da criança com deficiência intelectual na sociedade. Na atualidade, vive-se em uma sociedade que há muito preconceito com pessoas que possuem qualquer tipo de deficiência, o que não é diferente com a deficiência intelectual. De modo geral, as pessoas pensam em si, e pouco se importam com o outro. A inclusão foi implantada para que a sociedade aprenda a inserir, ou mesmo evidenciar o cuidado com o outro, compartilhar as dificuldades e os avanços das crianças consideradas 'diferente'.

Com as informações apresentadas pelos pais foi percebido que os genitores de filhos com deficiência intelectual ficam tristes ao saberem da deficiência do seu filho, e que não sentem preparados para lidar com as necessidades portadas pelas crianças. Os pais reforçam que não tiveram acompanhamento psicológico, e que não possuem conhecimentos das leis que amparam seus filhos com deficiência intelectual. Levaram seus filhos a frequentarem a escola quando tinham sete (7) anos de idade, por não sentirem seguros em inseri-los à sociedade, mas há pais que levaram mais cedo, com três (3) e quatro (4) anos. Os pais acreditam que os professores não estão preparados para lidar com seu filho e sua especificidade.

Por isso, os pais, a escola e a sociedade devem caminhar sempre juntos, todos com os mesmos objetivos, que é aceitar, conviver com as diferenças e amar essas crianças com suas especificidades. Incluir é integrar, aceitar, conviver, ajudar nas dificuldades e tornar assim igual diante das diferenças, pois o mundo é feito de pluralidades e saber conviver com elas é um ponto crucial. Mas, percebe-se que muito ainda deve ser feito para que haja uma sociedade sem preconceito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia. **Deficiência intelectual: realidade e ação**. São Paulo: SE, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 mar. 2019.

_____. Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

_____. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. Decreto n. 5.296 de 2 dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Deficiência Mental (Atendimento educacional especializado)**. Brasília: MEC/SEEP, 2007.

BORASCHI, Marilene Bortolotti. Alfabetização e letramento em criança deficiência intelectual. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, p. 613-614, jul. 2013.

BRUNHARA, Fabíola Carin Rodrigues; PETEAN, Eucia Beatriz Lopes. Expectativa dos pais quanto ao desenvolvimento de seus filhos portadores de deficiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, 2, 1998, Gramado/RS. **Anais...** Gramado/RS: [...], 1998.

BUSCAGLIA, Lua. **Os deficientes e seus pais**. Tradução de Raquel Mendes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

EBERT, Michele; LORENZINI, Elisiane; SILVA, Eveline Franco de. Trajetórias percorridas por mães de crianças com transtorno autístico. **Biblioteca Lascasas**, v. 9, n. 3, p. 1-21, 2013.

FIAMENGHI JÚNIOR, Geraldo A.; MESSA, Alcione A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200006>. Acesso em: 23 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; DUQUE, Maria Auxiliadora. **Convivendo com filhos especiais: o olhar paterno**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2003.

MORAES, Inaidi Ferreira de; JULIANA, Rafaela Rodrigues. **Estratégias de alfabetização para alunos com deficiência intelectual**. 2016. 49f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium*, Lins, 2016.

MOSES, Ken. **O impacto da deficiência infantil**. 2008. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/1903>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

OLIVEIRA, Isaura Gisele de; POLETTO, Michele. Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 102-119, 2015.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva**. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2019.